



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14794 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ÂMBITO DA POLÍTICA CURRICULAR DA BNCC: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

Paulo Fioravante Giareta - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Victor Coqueiro de Sousa - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Kerollayne Carvalho - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ÂMBITO DA POLÍTICA CURRICULAR DA BNCC: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS

Este texto apresenta elementos de um projeto de pesquisa, em desenvolvimento, que tem como objeto a produção de conhecimento científico sobre as políticas curriculares em fluxo no contexto educacional Brasileiro e sua interface com o conjunto das políticas educacionais, especialmente, com a política de formação de professores.

O trabalho assume como problema central a análise da produção de conhecimento a partir das pesquisas produzidas e socializadas no âmbito das políticas curriculares no Brasil e sua caracterização teórico-epistemológica. Portanto, dialoga, tanto com o mapeamento da produção científica sobre uma das políticas com maior centralidade no conjunto das políticas educacionais no Brasil, quanto com sua fundamentação teórica, uma vez que se apresenta como política indutora de nova orientação epistemológica para as políticas educacionais em curso, também para as políticas de formação de professores.

A preocupação em conferir centralidade para a política curricular, no âmbito da política educacional brasileira, ganha consistência a partir do contexto da redemocratização, com especial incidência sobre a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996 (Brasil, 1996), que incorporam ao texto legal a

necessidade de uma base comum nacional. Os primeiros esforços pela organização e implementação centralizada de uma política curricular, com alcance nacional, recebe materialidade oficial já na década de 1990, resultando na política dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, que receberá contribuições das chamadas políticas de Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN (Macedo, 2014).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, documento com alto nível de detalhamento e objeto da crítica dos pesquisados da área das políticas educacionais, desde sua apresentação inicial, indica uma caracterização mais de política de controle do que de promoção curricular, resultando na sua definição como alternativa curricular não obrigatória e abrindo espaço para a elaboração de diretrizes curriculares mais gerais. A política das diretrizes, por sua vez, adentra a década de 2000 e demarca, profundamente, a política educacional brasileira ao ponto de autores como Ciavatta e Ramos (2012) denominar todo o período pós décadas de 1990 como a era das diretrizes.

A adoção progressiva pelo sistema educacional brasileiro de indicadores de qualidade alinhados aos modelos centralizados e externos de avaliação, as chamadas avaliações de larga escala e às políticas comparativas aos sistemas internacionais de avaliação, agenciados por organizações internacionais, comumente assentadas sobre matrizes avaliativas por competências e habilidades, tem acentuado o desconforto quanto aos resultados da educação brasileira. A referida preocupação com a qualidade educacional, a partir de indicadores padronizados por avaliações externas, tem justificado a retomada do debate por reformas na política curricular demandando, tanto revisitar o ideário de homogeneização de uma base curricular nacional, quanto a definição de uma matriz curricular alinhada à matriz avaliativa.

Esta leitura acaba por incidir sobre o próprio texto do Plano Nacional de Educação de 2014 – PNE 2014 -2024, formalizado na Lei 13.005 de 2014 (Brasil, 2014), que retoma a necessidade de uma base nacional comum, resultando na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, regulamentada pelo Conselho Nacional de Educação pela Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017 (Brasil, 2017). A Base Nacional Comum Curricular se apresenta como reforma curricular integrada à política nacional de educação básica, capaz de promover profunda transformação na educação brasileira. Seu potencial de transformação é validado pela própria Resolução CNE/CP nº 02 de 2017 (Brasil, 2017), ao prever, nas disposições finais e transitórias, que a BNCC terá incidência direta sobre os currículos das instituições e redes de ensino (Art. 15); sobre as matrizes de referência das avaliações e dos exames (Art 16); sobre a política de formação de professores (Art. 17); e sobre o Programa Nacional do Livro Didático (Art. 20).

Figura representativa, que é justamente sobre a política de formação de professores que o sistema educacional brasileiro se apressa em apresentar uma proposta reformista alinhada à política da BNCC. Essa proposta recebeu materialidade a partir do ativismo gerencial da Secretaria de Formação de Desenvolvimento dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação, em produzir o documento que passou a ser

conhecido como a *Proposta para a Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica* (Brasil, 2018).

O Conselho Nacional de Educação reagiu favoravelmente e homologou a proposta da BNC-Formação por meio da Resolução CNE/CP Nº 2/2019 (Brasil, 2019). A referida Resolução definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais e instituiu a Base Nacional Comum, ambas, para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica como esforço explícito de adequar os projetos pedagógicos de formação de professores no Brasil aos fundamentos político-pedagógicos da BNCC da Educação Básica.

É a partir dessa contextualização e do reconhecimento do poder de transformação epistemológica dessas políticas, que se justifica o esforço, tanto de levantamento e acompanhamento da produção científica no Brasil sobre a temática, quanto da análise e caracterização dos referenciais teórico-epistemológicos que orientam essas produções. Assim, o trabalho se propõe a análise de pesquisas teóricas e/ou empíricas a partir da proposta da metapesquisa (Mainardes, 2018), com Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE) (Tello, 2012) publicadas por autores brasileiros sobre políticas de currículo com interface com a política de formação de professores em periódicos e repositórios de pesquisa de Pós-graduação no Brasil.

A metapesquisa é assumida, conforme define Mainardes (2018), como pesquisa sobre os processos de pesquisa desenvolvidos a partir de uma temática ou campo, respondendo como organização de estratégias para a análise criteriosa e sistemática do objeto de pesquisa. A presente pesquisa assume como campo de análise a produção científica sobre a política de formação de professores no contexto da reforma curricular em curso no sistema educacional brasileiro, articulada ao Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE).

O Enfoque das Epistemologias da Política Educacional, por sua vez, “es um enfoque/esquema que permite el análisis de la producción de conocimiento del campo” (Tello, 2012, p, 56), esquema de análise dos modos e processos de produção do conhecimento (Tello; Mainardes, 2015). Abordagem estruturada a partir dos componentes analíticos da perspectiva, do posicionamento e do enfoque epistemológico.

Respectivamente, a perspectiva epistemológica como modo de ver, como cosmovisão assumida pelo pesquisador no desenvolvimento da pesquisa; posicionamento como correntes teóricas do campo de estudo e posicionamento do pesquisador face ao objeto de investigação; e enfoque como modo de construção metodológica da pesquisa (Tello, 2012; Tello; Mainardes, 2015).

Ainda que em desenvolvimento, a pesquisa já indica que a BNCC figura como política, fruto, primeiro, de um histórico de debates, experiências e conquistas legais em curso nas últimas três décadas, figurando como objeto de pesquisa e da produção de conhecimento dos campos e agentes acadêmicos vinculados às políticas educacionais no Brasil; segundo, de uma crise do próprio campo do currículo que parece não conseguir responder às expectativas

dos indicadores de qualidade para a educação brasileira, de forma consequente, também das políticas de formação de professores profundamente impactadas pela centralidade das políticas curriculares desde a década de 1990; e terceiro, de um movimento político de profunda transformação da educação brasileira, que no limite parece implicar mesmo no próprio alcance teórico-epistemológico da política educacional brasileira, também, da política de formação de professores. Convém destacar que esses achados encontram as próprias políticas de formação de professores orientadas pela lógica do alinhamento à política curricular da BNCC, tal como a BNC-Formação.

Palavras-Chave: Política curricular. Formação de professores. BNC-Formação. Enfoque das Epistemologias

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos [1996].

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 120-A, edição extra, p. 1-7, 26 jun. 2014

BRASIL. Resolução Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 245, p. 41-44, 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília: Conselho Nacional de Educação - Conselho Pleno. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 21 abril. 2024.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 11-37, 2012.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum Curricular: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. **Revista e-Curriculum**. São Paulo. V. 12, nº 03, p. 1530 – 1555, out/dez. de 2014.

MAINARDES, Jefferson. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018.

TELLO, César Gerônimo.; MAINARDES, Jefferson. Revisitando o enfoque das epistemologias da Política Educacional. **Práxis Educativa, Ponta Grossa**, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.

TELLO, César Gerônimo. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa, Ponta Grossa**, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012.